

‘A Faculdade de Direito do meu tempo’,

por Luiz Juarez Nogueira de Azevedo, 9º Diretor da Faculdade de Direito

[\[voltar para revista\]](#)

Fundada em 1956, a Faculdade de Direito de Passo Fundo, que neste ano completou o seu 60º ano de funcionamento, foi a primeira unidade da futura Universidade de Passo Fundo. Nela estudei, lecionei, fui diretor e a ela estive diretamente vinculado por quase cinquenta anos, de 1960 a 2009. E aqui pretendo relatar, rogando antecipado perdão por algum atrevimento, omissão ou inconsistência, um pouco das vivências que nela experimentei em diferentes fases da sua história.

OS INÍCIOS DA FACULDADE, SEUS PROFESSORES FUNDADORES E SUA PRIMEIRA TURMA

Tive o privilégio de assistir ao nascimento da Faculdade, no próprio dia em que foi instalada – 21 de abril de 1956. Na época estava eu a concluir o ensino ginasial na 4ª série do Ginásio Estadual Osvaldo Cruz, que funcionava junto à Escola Normal do mesmo nome, no prédio da antiga Escola Elementar, na atual praça Tochetto.

Para a solenidade de instalação foram convocados os alunos de todos os estabelecimentos de ensino da cidade. Estes eram, além dos já mencionados, do ensino público, o Colégio Conceição, dos irmãos maristas, o Instituto Educacional, o Notre Dame e o Bom Conselho, particulares.

A inauguração foi nos pátios do vetusto palacete, construído em fins do século XIX por Eduardo Manuel de Araújo, na Avenida Brasil, começo da calçada alta, em frente à velha prefeitura, recém-adquirido pela Municipalidade para nela funcionar a Faculdade. Havia grande afluência de público, muita alegria e entusiasmo dos estudantes e populares. Todas as autoridades e pessoas importantes da cidade estavam presentes: o prefeito; a totalidade dos vereadores; os juízes e promotores da comarca; a OAB, com os advogados; os médicos, dentistas, engenheiros e outros profissionais liberais; os principais comerciantes; os sindicatos e associações patronais; o Rotary Clube; congregados, os membros do Grêmio de Letras; o bispo metodista; os diretores e professores dos diversos estabelecimentos de ensino; funcionários públicos graduados; os comandantes e oficiais das unidades militares aqui sediadas, — Batalhão de Cavalaria do Exército, Regimento da Brigada Militar e esquadrão dos bombeiros. A banda da Brigada Militar, apelidada “briosa”, abriu a solenidade executando o Hino Nacional e encerrou-a com o Hino Rio-Grandense, tocando a todo tempo

marchas e dobrados de seu apreciado repertório. O bispo Dom Cláudio Colling, acolitado por outros sacerdotes, lançou a benção do prédio. Discursaram o prefeito Wolmar Salton, o juiz de direito Reissoly Santos, diretor da nova escola, e o professor João Carlos Machado, convidado especial, que tinha sido relator do processo de autorização no Conselho Federal de Educação e teve seu nome aclamado como patrono do Centro Acadêmico fundado logo em seguida.

Conta Carlos Galves, no discurso comemorativo dos 20 anos, — que é preciso ser resgatado — os primeiros momentos da recém-nascida Faculdade: Ele, o nosso jurista maior, foi quem ministrou a primeira aula, de Economia Política, que ficou na história da Faculdade.

Descreve a emoção dos alunos, professores e funcionários nos primeiros dias e as dificuldades iniciais para o funcionamento da Escola de Direito no antigo palacete dos Barbieux. De belíssimas linhas arquitetônicas, situado em ponto nobre da cidade, justamente em frente à Prefeitura, já se achava muito deteriorado e precisou ser restaurado e reformado apressadamente para servir a seus novos fins. Narra Galves que o professor Celso Fiori, para quem nada era difícil, liderou os artífices, pedreiros, carpinteiros, eletricitas e encanadores, alguns sem nenhuma experiência, — pois eram presidiários cumprindo penas na cadeia civil local — para transportar os equipamentos e o mobiliário, montá-lo e colocá-lo nas futuras salas de aula. Fiori em pessoa, ansioso por ajudar, não hesitou ele mesmo em carregar carteiras e mesas, a fim de que a Faculdade pudesse começar a funcionar, estando já selecionados os alunos aprovados no primeiro vestibular.

Foram professores no primeiro ano, além de Galves, na Economia Política, o juiz Reissoly Santos, o primeiro diretor, na Introdução à Ciência do Direito, o promotor Ítalo Goron no Direito Romano, e o advogado Rui Rache, que substituíu o titular, na Teoria do Estado. As aulas eram ministradas em diferentes horários: pela manhã as de Introdução; à tarde as de Direito Romano, e à noite as de Economia Política e Teoria do Estado. O secretário da Faculdade era o estimado professor Sabino Santos, assessorado por sua cunhada, Lorena Lajus Sperry (a querida dona Moreninha). O primeiro vice-diretor foi o advogado Mário Braga Júnior (Braguinha). Além das salas de aula foi improvisada uma sala para a Congregação e outra para a secretaria, além do gabinete do diretor e da indispensável biblioteca, formada pelas coleções doadas ou emprestadas pelos professores, juizes, promotores e advogados de toda a região.

Dos alunos integrantes da primeira turma, cuja formatura assisti em 1960, lembro Juarez Teixeira Diehl, meu amigo fraternal, que foi meu colega na Procuradoria Geral do Estado e três vezes diretor da Faculdade; Jorge Alberto Pilar Bandarra, promotor concursado, pretor e futuro professor da Faculdade, depois vereador, deputado estadual e vice-presidente da Assembleia; Wilson Lopes, oficial da Brigada; Jaime Sirotsky, diretor e fundador da RBS, e sua esposa Marlene, já falecida; as inseparáveis Leda Kneipp e Sirlei Dreyer, que foi advogada em Brasília; o saudoso desembargador

Mário Augusto Ferrari, o primeiro dos nossos egressos que, depois da sua formatura, obteve imediata aprovação no concurso para juiz de direito; Rui Rosado de Aguiar Júnior, que foi promotor de justiça, desembargador, corregedor-geral e ministro do Superior Tribunal de Justiça; o escrivão Basílio Rambo; Odilon Porto, distribuidor do Fórum; o exator Gentil Trezzi; Alceu Basso, que foi defensor público em Tapejara; Dalvo Fiad, de Palmeira, e Nelson Silva, que, como muitos outros, foram advogados respeitáveis e conceituados.

RECORDAÇÕES DA ÉPOCA ESTUDANTIL

Reencontrei-me com a Faculdade poucos anos depois, em 1960, quando fui aprovado em seu 5º concurso vestibular. Depois de esforçados estudos no curso clássico do Colégio Conceição, onde me preparei arduamente para o certame, com aulas diárias de Latim e Filosofia três vezes por semana, para mim não foi difícil cruzar a barreira do temido vestibular. Confesso que o meu desejo não era cursar a faculdade em Passo Fundo. Meu sonho era a Faculdade de Direito da UFRGS, em Porto Alegre. Meu pai não permitiu, ao argumento prático que, havendo uma faculdade exatamente ao lado de nossa casa, não haveria por que eu me deslocar para Porto Alegre, causando sacrifícios e despesas à família.

Conformado, não me aborreci nem me frustrei. Tratei de tocar a vida estudantil em Passo Fundo mesmo. Logo constatei que não havia grandes diferenças no ensino de uma ou de outra Faculdade: o aproveitamento do estudo e a aquisição do conhecimento não dependiam da tradição da escola nem do renome de seus professores. A ciência do direito não estava restrita aos grandes centros. Ela encontrava-se, como sempre sucedeu, nos livros, nos tratados e monografias, nas bibliotecas, como hoje também e predominantemente na internet e noutros modernos meios de conhecimento e informação. E aqui tivemos ótimos professores, que, sem nenhuma ou com pouca experiência, se mostraram extremamente eficientes em sua nova missão.

Assim, voltei-me afanosamente às leituras, aos livros e à pesquisa da ciência do direito. Felizmente, nossa Faculdade dispunha de uma biblioteca muito completa e bem equipada, totalmente atualizada e em dia com tudo o que se precisava para o conhecimento jurídico. E foi dela que me vali, inspirado pelo singular exemplo do saudoso colega Miguel Eramy Guedes, durante os cinco anos do curso, para tirar o maior proveito dos conteúdos dos compêndios, tratados, manuais e repertórios de jurisprudência disponíveis. Facilitava-me a vida a circunstância de morar exatamente ao lado da Faculdade e de estar a apenas alguns passos da sua excelente biblioteca. O espaço, no segundo andar do prédio novo que já no meu tempo fora concluído, era muito acolhedor, silencioso, bem iluminado, com grandes janelas voltadas para o nascente, apropriado mesmo para o estudo e para a leitura. Ali me parecia estar todos os livros — os compêndios de doutrina civilística, penalística,

constitucional, comercialística, de direito internacional, administrativo e tudo o que se quisesse, inclusive a melhor literatura. Lá se encontravam os clássicos alemães, italianos, franceses, espanhóis e também os portugueses e brasileiros. Nomes como Planiol & Ripert, Josserand, Lobão, Ramalho, o tratado de Ennecerus-Kipp-Wolff, os comentadores do Código Civil Francês e do BGB alemão, os glosadores e pós-glosadores e outros grandes romanistas, como Savigny e Von Jhering, a jurisprudência da Suprema Corte norte-americana e os comentadores da sua Constituição — Hamilton e seus companheiros de “O Federalista”. Os clássicos de todas as épocas e lugares, além da Grande Enciclopédia da Academia Espanhola, que muito me valeu.

Mais tarde, ao ler Borges e as suas reminiscências das bibliotecas que frequentava e amava, experimentei uma sensação parecida com a que cheguei a ter na biblioteca da nossa Faculdade, compreendendo o seu sonho de viver eternamente dentro de uma delas, como se o mundo se concentrasse dentro de suas paredes e se esgotasse nos tomos e volumes que contêm a sabedoria dos séculos.

Na Faculdade tive intensa vida estudantil. Além das aulas e palestras que assistia, já no primeiro ano fui eleito secretário do Centro Acadêmico e diretor do jornal que publicávamos, *O Bacharel*. Comecei a participar da política estudantil no Centro Acadêmico. Como secretário, eleito no primeiro ano, na gestão de Jairo Mello Christ, era o encarregado de coordenar a remessa dos conteúdos das disciplinas ministradas aos alunos que não frequentavam as classes, pois a frequência era livre. Desse modo, mantinha contatos permanentes e cheguei a conhecer quase todos os alunos da época, que logo chegariam a algumas centenas.

A Faculdade de Passo Fundo era a única do interior do Estado, pois até então somente existiam no Rio Grande a da universidade federal, a da universidade católica, ambas na capital, e a de Pelotas, no extremo sul. Os alunos vinham de todo o Estado, inclusive de Porto Alegre. Era gente de todos os lugares, da fronteira de Santana do Livramento, Alegrete e Uruguaiana, da região de Santa Maria, no centro do Estado, da região nordeste, Vacaria e Lagoa Vermelha; das Missões, com santo-angelenses e sanborjenses, havendo muitos catarinenses, oriundos da região de Lajes, e até mesmo do Paraná. Havia muitos bancários, empresários, jornalistas e pessoal da área de comunicação, estimulados por Reissoly e depois por Fiori, quando diretor.

Formando-se, muitos desses alunos tornaram-se juízes, desembargadores, promotores, eficientes advogados, delegados de polícia, tabeliães, políticos e homens públicos, deputados estaduais e federais, senadores e prefeitos. Os que não se dedicaram à advocacia continuaram a atuar como empresários, funcionários públicos e bancários, predominantemente. De tantos daquele tempo, que se destacaram na vida pública, recordo Lamaison Porto, deputado e secretário de Estado, Cândido Norberto, deputado estadual, que foi presidente da Assembleia

Legislativa, Odacir Klein, deputado federal e líder partidário, Francisco Turra, deputado estadual, federal e ministro de Estado, além de Jarbas Lima, meu colega de turma, de quem falarei mais adiante.

A MINHA TURMA DE 1964

Como era usual na época, a maior parte dos integrantes da turma de 1964, que foi a minha turma, veio a exercer a advocacia, que era então a profissão idealizada por todo bacharel em direito. Tivemos também os nossos magistrados, pois foram juízes de direito os saudosos Luiz Zanetti e Diniz Ferrugem de Oliveira, que prematuramente nos deixaram. Outros foram promotores e procuradores de justiça, procuradores de Estado, procuradores do Estado, procuradores autárquicos e municipais, delegados de polícia, tabeliães, fiscais de tributos, empresários, professores e profissionais de variadas áreas. Tivemos Alcides Guareschi, sacerdote, professor universitário, doutor honoris causa e reitor da nossa Universidade. Promotores e procuradores de Justiça foram Raimundo Ferreira e Jarbas Lima, que, além de promotor de justiça e docente da Faculdade de Direito da PUC, foi secretário da justiça, líder partidário, deputado estadual e federal em várias legislaturas. De Passo Fundo, havia, entre outros, o Padre Jacó Stein, Jurema Carpes do Valle, Severino Mazzoleni, Moisés Salti, Alberto Langaro, Denise Damin, Ivo Tasca, Flávio Luz, Iber Benvegnú, Paulo de Tarso Silva, Polidoro Mendes da Costa, Nestor Buaes e Ângela Carraro.

Daquele tempo recorro o convívio ameno e descontraído, às vezes irreverente, nas salas de aula, na biblioteca, nos corredores, nos pátios e no bar Buda. Nossos professores foram Galves, Rache, Reissoli e Goron no primeiro ano; Walter e Ernani Graeff, Verdi e o jovem Catarino no segundo; no terceiro Facchini, Busato, Fiori e Rômulo Teixeira; Daudt, Salim Buaes, Mario Hoppe, Murilo e César Santos no quarto ano; e, por fim, no quinto, Morsch, Dante Guimarães e Bandarra, Hespanha, Conceição Kurtz, substituindo Montserrat Martins, e Alberi Ribeiro, como assistente de processo civil.

Houve mestres que conquistaram a nossa admiração e sua recordação perdura indelevelmente em nossas lembranças. Um deles foi Rui Rache, da Teoria do Estado, comunicativo, carismático, popularíssimo e idolatrado por seus alunos. Rache, depois das aulas, frequentemente prosseguia conosco, ao longo da noite, em intermináveis tertúlias pelos cafés da cidade, principalmente no Haiti e no mítico Café Elite. Ouvíamos fascinados as suas divertidas e sempre brilhantes anedotas e narrativas sobre fatos da vida e sobre suas experiências como advogado, contadas sempre com invariável graça e requintado humor. Sua palavra, como disseram a respeito de Eça de Queiroz, era cheia de encanto, "colorida, impressionista, cáustica e sem maldade, pitoresca e vária". Em suma, era o nosso ídolo e modelo: Todos queríamos ser como Rui Rache.

Fomos alunos dos professores Catarino e Alberi, que vieram a obter consagração como figuras icônicas da nossa Faculdade, no segundo e no quinto ano, quando recém se iniciavam no ofício de ensinar. No primeiro ano tivemos na cadeira de Economia Política o sábio Carlos Galves, um autêntico gentleman inglês, com sua fleuma e simpatia invariáveis, brilhante e acessível a seus incontáveis discípulos. O temperamental e irrequieto Celso Fiori, com seu raro e inseparável manual de Spencer Vampré, foi quem nos iniciou nos arcanos do direito comercial e cambiário, cuidando também de ensinar-nos a prática contratual.

Nosso curso já naquela época se mostrava altamente qualificado e eficiente. O grupo de professores, constituído em essência por advogados, juízes e promotores, foi desde logo muito bem sucedido em sua tarefa de transmitir aos alunos os melhores e mais atualizados conhecimentos da ciência jurídica.

Com efeito, o curso de direito de Passo Fundo logo se distinguiu nas áreas do Direito Civil e do Processo Civil, o que veio a confirmar-se pela experiência ulterior. Tantos bons resultados apresentou que nossos egressos, desde as primeiras turmas, já iam conquistando os primeiros lugares nos concursos para a magistratura, ministério público e procuradoria do Estado. Rui Rosado de Aguiar, que seria da primeira turma, aprovado para o Ministério Público, foi desembargador no Tribunal de Justiça e culminou sua gloriosa trajetória na função de ministro do Superior Tribunal de Justiça. Mário Ferrari, da primeira turma, e Décio Erpen, da terceira, depois desembargadores, foram classificados nos primeiros lugares em concurso para a magistratura. Um significativo número de nossos egressos ingressou no Ministério Público: Das primeiras turmas tivemos, além de Rui Rosado, Trajano Cardoso, Jacques Ribas, Eramy Guedes, Jairo Christ, Lauro Batista, Alfeu Muratt, Augusto Berthier, Tibúrcio Canalli, entre outros que não recordo. Da nossa turma Raimundo Ferreira da Silva e Jarbas Lima. No primeiro concurso para a procuradoria do Estado, no cargo de advogado de ofício, tivemos dois aprovados, o querido amigo Warley Farinati e eu. No concurso seguinte ingressaram Luiz Bolzoni e Ana Maria Ferrugem de Oliveira. Através desses desafios iniciais, em seus primórdios já se vislumbravam os resultados positivos do ensino da nossa Faculdade.

A cidade ainda era pequena e os acadêmicos de direito eram festejados e estimados pela população. A maioria deles se hospedava nas pensões São Jorge e Tagliari. Também frequentavam os hotéis Franz, Avenida, Excelsior, Glória, Internacional, Planeta, o Turis para os mais abonados. Os bares e cafés do centro, Oásis, Cubanita, Sonora, Haiti, Elite e Maracanã, e o bar Havaí, enfrente à Faculdade eram os nossos locais de encontro. Não podíamos faltar às festas do Comercial e do Caixeiral, onde tivemos o nosso inesquecível baile de formatura. E, como éramos jovens e livres, não podíamos ser indiferentes às atrações da movimentada vida noturna da cidade, desenvolvida nos conhecidos bairros boêmios da periferia.

A nossa vida de estudantes não se limitava às salas de aula e conferências, aos compêndios, às sebatas, aos júris simulados e às assembleias do centro

acadêmico. Os estudantes de direito, assim como os seus professores, eram parte distinta e considerada da vida da nossa urbe, prestigiados em todos os ambientes. Havia os trotes, integrando veteranos e bichos, com as animadas festas a cada início de ano letivo. Os estudantes eram conhecidos e bem recebidos em todos os lugares: no fórum, nos cafés e restaurantes, nos jornais onde escrevíamos, nas livrarias, nas competições esportivas, nos teatros e cinemas. A sociedade local recebeu-os fidalgamente e tratou os acadêmicos com carinho e verdadeira afeição.

Passo Fundo, desde que passou a ter sua Faculdade de Direito, começou a assumir ares de uma Coimbra, Salamanca, Heidelberg ou Bolonha. Do modesto burgo agropastoril que fora, com a presença dos alunos da Faculdade, se transformou numa orgulhosa cidade acadêmica. Com o advento do ensino superior, iniciava-se o período — que desde então não cessou — da evolução transformadora do município.

Motivados pela criação da Faculdade de Direito, matriz da Universidade, os novos tempos já se anunciavam. Estes foram os tempos da Universidade, instalada em 1968, quando começou a se operar a vertiginosa evolução da cidade, progressivamente convertida no esplendoroso centro de cultura que veio a ser e em um incomparável núcleo de excelência no ensino, nas ciências, na educação, na medicina, na saúde, no comércio e na cultura.

O JOVEM PROFESSOR DA FACULDADE

Minha contratação definitiva como professor da Faculdade deu-se no início do ano letivo de 1966, depois de, no segundo semestre de 1965, com apenas 25 anos, ter substituído o professor e promotor Benedito Hespanha na cadeira de Direito Processual Penal. Aprovado pela Congregação, fui convidado pelo diretor, Celso Fiori, para assumir a cátedra de Introdução à Ciência do Direito, antes ocupada pelo ex-diretor, Reissoly Santos, sucedido pelos professores Eramy Guedes e Walter Coelho, promotores de justiça. Na mesma ocasião foram contratados Dárcio Vieira Marques, para Teoria Geral do Estado, e Alcione Niederauer Correa, para a cadeira de Direito do Trabalho.

Contado o período de interinidade e descontado o que se passou entre minha aposentadoria e meu retorno em 2005, fui professor da faculdade, titular de Introdução ao Direito e substituto em várias outras disciplinas, por quase 45 anos, entre 1965 e 2009.

Durante esse período tive o privilégio de ser protagonista de todas as conquistas alcançadas pela instituição. Elas tiveram lugar a partir do directorado de Juarez Teixeira Diehl, — que substituiu Celso da Cunha Fiori depois do episódio traumático de sua renúncia, de que fui protagonista e quase vítima — seguido por José Catharino Ferreira, Jorge Buaes Sobrinho, de novo José Catharino e Diehl mais uma vez, por dois períodos entre 1967 e 1994, quando foi a minha vez de assumir a direção.

Quando ingressei no magistério a Faculdade funcionava na Avenida Brasil, em prédio novo, especialmente construído para ela, com o emprego de mão-de-obra carcerária, no centro do terreno — que ia da Avenida até a rua Paissandú — antes ocupado pela mansão Barbieux, infelizmente demolida porque na época ninguém cogitava de preservar e valorizar os prédios históricos.

A partir da criação da Universidade, em 1968, sua administração, liderada pelo reitor Murilo Annes pretendeu iniciar a ocupação do futuro campus, onde já estava instalada a Faculdade de Agronomia. O campus projetado seria localizado, como efetivamente foi, numa área rural próxima à Vila Petrópolis, anteriormente utilizada para a criação de gado e plantações de trigo, distante uns 10 km do centro, adquirida ainda nos tempos da Sociedade Pró-Universidade. Nesse local, segundo o plano do reitor Murilo, iriam ser construídos os prédios da Faculdade de Direito e das demais.

Quando chegou a hora da mudança, sendo diretor o Prof. Buaes, concluído o prédio a nós destinado, o descontentamento foi geral. Os professores do Direito, liderados pelo professor Carlos Galves, rebelaram-se porque não se conformavam em deslocar-se até o campus, — considerado longínquo e inóspito, de difícil acesso e sem pavimentação — para ministrar as aulas. A Congregação manifestou-se contrária e Galves redigiu uma série de artigos, publicados em *O Nacional*, protestando contra a mudança e proclamando a sua — e de todos nós — irresignação com a medida da Reitoria. O professor Galves usou de todos os argumentos, invocando até o caráter urbano do Direito, por dizer respeito à *urbs* (à cidade) e não ao meio rural ou rústico, (de *rus* = o campo), pois seu objetivo é regular a convivência do ser humano dentro da *civitas* (de onde proveem os vocábulos vernáculos "cidadão", "cidade", "civildade" e "civilização").

Não houve jeito. A despeito da nossa inconformidade e da campanha de Galves, tivemos que nos mudar para o novo campus, na Vila Petrópolis, longe de tudo. Tínhamos que utilizar nossos próprios automóveis, transitando por estradas sem pavimentação, por onde passava o gado solto, enfrentando a seca, a poeira e os insetos no Verão e a lama, os ventos, as chuvas, as geadas e até as nevascas dos nossos inclementes invernos. A segurança era incerta e frequentemente faltava luz para as aulas noturnas e as próprias comunicações eram precárias, pois lá os telefones ou não existiam ou funcionavam mal e parcamente.

Malgrado os contratemplos e dificuldades, foi um tempo fecundo e feliz, tempo de sonhos e de esperança, de conquistas e vitórias. Foi a época da inclusão de numerosos professores da nova geração, a maioria egressos da Faculdade, como no meu caso. A primeira geração fora a dos professores fundadores, sendo a nossa a segunda. Integraram-na, entre outros, os professores Catharino Ferreira e Mario da Costa Neves, de Direito Civil; Juarez Teixeira Diehl, de Direito Penal; Jorge Buaes Sobrinho, de Direito Romano; Dárcio Vieira Marques, na Teoria do Estado, Ludgero Cruz e eu, na Introdução ao Direito; Aivo Rodrigues, em Direito Constitucional, Jorge

Bandarra, que não permaneceu, em Direito Administrativo; Heinz Boor, em Ciência das Finanças; Paulo Giongo e Nestor Buões, em Direito Comercial; Alberi Ribeiro, em Processo Civil, Platão Vieira e Rui Donadussi, na Medicina Legal; Pedro Franck, em Processo Penal; Alcione Corrêa, em Direito do Trabalho, além do juiz Melibio Machado, que foi o fundador da cátedra de Teoria Geral do Processo.

Não se pode negar que, a despeito as resistências e incompreensões que sofreu, de certo modo compreensivelmente, essa segunda leva de professores, admitidos entre 1965 e 1980, como assistentes ou já responsáveis pelas disciplinas, trouxe para a Faculdade novas ideias e contribuiu para imprimir-lhe rumos diferentes, no sentido da busca do aperfeiçoamento do ensino ministrado. Foi aí que tiveram significativo incremento, impulsionadas pela reforma do ensino de 1971, as atividades extracurriculares, as conferências e os grandes congressos jurídicos, que movimentavam a cidade. Nesse período foram criadas as importantes cadeiras de Filosofia do Direito, cujo primeiro titular foi o prof. Carlos Galves, e de Teoria Geral do Processo, cujo fundador foi o juiz de direito Uiraçaba Machado.

A DIFÍCIL ELEIÇÃO E EXPERIÊNCIA COMO DIRETOR

Sempre fora tradição da Escola que a escolha do diretor devesse recair em um dos professores mais antigos, preferencialmente nos titulares, a mais elevada categoria da carreira docente.

A minha vez chegou em 1994, quando já não seria possível uma segunda reeleição de Juarez Diehl, proibida pelos estatutos universitários. Sendo dos mais antigos professores titulares, entendi ser a minha vez de concorrer ao posto.

Para surpresa geral, a notícia da minha candidatura desencadeou uma reação desmedida e injustificada contra o meu nome, por motivos que até hoje não consegui decifrar: um grupo de professores, que não chegou a revelar as suas motivações, decidiu enfrentar-me, lançando o nome de um professor principiante na carreira, recém concursado, que não completara o período mínimo de docência expressamente exigido pelo Regimento Eleitoral como requisito para se candidatar. Nenhum dos integrantes do grupo — que, em princípio, reuniriam condições para submeter-se à disputa — se animou a participar. Preferiram, pretextando um vago propósito de renovação, sem programa definido, estimular em vão aquele professor, que por ser inelegível, não poderia participar do pleito.

Decidimos impugnar a sua candidatura. Os professores Mário da Costa Neves e José Osmar Teixeira elaboraram a petição necessária, muito simples, denunciando a inelegibilidade do pretendente. Tratava-se de uma questão objetiva e de fácil solução, que dependia simplesmente de um cálculo aritmético: bastaria conferir o seu tempo na carreira de professor para verificar que não poderia concorrer. A Comissão Eleitoral, a quem cumpria registrar as candidaturas, era integrada por três professores, um funcionário e um representante dos alunos. Sem nenhuma

fundamentação jurídica, por maioria, votando contrariamente apenas o Prof. Trajano Cardoso e outro docente, para surpresa de todos, rejeitou a impugnação, deferindo o registro da candidatura do candidato que se sabia ser inelegível.

Obrigamo-nos por isso a impetrar recurso para a Congregação. A reunião para decidi-lo foi numa fria noite de inverno, em ambiente carregado de constrangimento. Não obstante a clareza do motivo da inelegibilidade, demonstrada por meus aliados e por mim, os adeptos da candidatura impugnada teimavam desconhecê-lo. Preconizavam nada mais nada menos que a Congregação infringisse norma do Regimento Eleitoral da Universidade para permitir o registro da candidatura contrária.

Submetido a votação o recurso, foi provido pela maioria, com um único voto de diferença. Foi reconhecido que a candidatura de meu concorrente não poderia ser registrada. Na mesma noite soube que o voto decisivo fora o do professor Osvaldo Biolchi, que interrompera sua campanha eleitoral para deputado federal a fim de participar da reunião.

Assim, fiquei sem concorrente e fui, pela primeira vez, eleito diretor da Faculdade de Direito.

Superado tudo isso, nunca deixo de renovar o meu reconhecimento aos professores Costa Neves, Osmar Teixeira e Osvaldo Biolchi, já falecido, mais do que colegas, meus amigos para toda a vida. Os dois primeiros por terem destemidamente impugnado e sustentado, com seguras razões jurídicas, a ilegalidade da pretensa candidatura adversa. E o último por haver interrompido sua campanha eleitoral no interior do Estado e vindo às pressas a Passo Fundo para votar na Congregação a favor da minha causa, com o que a candidatura adversária se viu definitivamente malograda.

A despeito dessas dificuldades, tornei-me diretor da Faculdade de Direito, depois reeleito sem competidor em 1998. Na função, contei permanentemente com o valiosíssimo apoio dos professores Osmar Teixeira, vice-diretor, e Jorge Buaes Sobrinho, coordenador do curso, bem como de outros eficientes colaboradores.

É consenso geral que minhas gestões foram fecundas e inovadoras. As circunstâncias que encontrei contribuíram para que fossem reputadas como marco diferencial na vida e na história da Faculdade de Direito. Contra ventos e marés, tive a oportunidade de conduzir as transformações de que carecia para adaptar-se às exigências da modernidade.

Retomamos com intensidade as atividades culturais, promovendo numerosos congressos, simpósios, palestras e conferências, proferidas por notáveis juristas do Rio Grande e do centro do país. Foram realizações marcantes e definitivas dos meus dois mandatos a abertura das turmas nos campi da Universidade, em Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Soledade; a ampliação do número de professores, de trinta para mais de uma centena; e a titulação da maioria do corpo docente, iniciada através de convênios com a Pontifícia Universidade Católica e

a Universidade Federal do Paraná, que, com bolsas de estudo concedidas pela Universidade, possibilitaram aos nossos docentes obter seus títulos de mestrado e doutorado, fator indispensável para o sucesso nas avaliações depois alcançadas pela Faculdade. Além disso, foram iniciados os trâmites, elaborando-se o projeto inicial para a instalação do mestrado, instalado recentemente, conquista histórica de nossa Faculdade, obtida durante o directorado do prof. Nelson Ribas.

Coube-me também a honra de organizar e presidir os festejos do 40º ano da Faculdade, em 1986. Conseguimos reunir a quase totalidade dos professores fundadores e dos ex-professores, homenageados em sessão solene da Congregação. Foi um momento emocionante, em que se evocou a própria história da Faculdade e a gratidão devida a seus pioneiros. A ela se seguiu, no Clube Comercial, antes da recepção patrocinada pela Universidade, a conferência proferida por Rui Rosado de Aguiar Júnior, ministro do Superior Tribunal de Justiça, o mais glorioso de nossos tantos e eminentes ex-alunos.

Foi, com efeito, durante as minhas administrações, por uma feliz conjunção de circunstâncias, que nossa Faculdade, compelida pelas exigências das políticas de aperfeiçoamento do ensino jurídico, adotadas por força da legislação federal, começou a converter-se no núcleo de excelência em que viria a se transformar, convertendo-se em uma das melhores e mais conceituadas faculdades de direito do sul do país. A mim coube, com a compreensão da Reitoria, na gestão do professor Ilmo Santos, aliada ao valioso apoio de meus colaboradores, coordenadores e funcionários, a oportunidade de planejar e começar a implementar as medidas que resultaram nos avanços depois alcançados, tarefa a que deram exitosa sequência os meus ilustres sucessores.

Esta é a síntese da minha passagem e vivências na Faculdade de Direito. Tive a graça de ter sido mais um de seus tantos construtores, juntamente com as dezenas de funcionários, as centenas de professores e aos milhares de alunos e ex-alunos que foram seu corpo vivo e sua alma nobre durante os seus longos 60 anos de existência. Esse tempo, o tempo em que nela e para ela vivi, foi um tempo de lutas incessantes, de entusiasmo e de alegria, de construção e de realizações, de juventude e de esforços. Por minha participação na vida e na história da Faculdade confesso que alimento um indisfarçável sentimento de orgulho e de pertencimento definitivo, misturado, a esta altura, à inevitável melancolia da nostalgia e da saudade.

Passo Fundo, Outono-Inverno de 2016.

[\[voltar para revista\]](#)